

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO 1ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL  
APELAÇÃO CRIMINAL Nº. 0801527-71.2023.8.10.0105 ORIGEM: VARA ÚNICA DA  
COMARCA DE PARNARAMA APELANTES: DANIEL DA COSTA BARROS e MARCELO BARBOSA  
DE OLIVEIRA ADVOGADO DOS APELANTES: FÁBIO DESIDERIO RIBEIRO – OAB/PI 7938  
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO PROMOTOR: CARLOS PINTO  
DE ALMEIDA JÚNIOR RELATOR: Desembargador RAIMUNDO NONATO NERIS FERREIRA  
REVISOR: Desembargador ANTÔNIO FERNANDO BAYMA ARAÚJO PENAL. PROCESSUAL  
PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO.  
POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DAS  
PROVAS POR QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DA  
COMPROVAÇÃO DE ADULTERAÇÃO DAS PROVAS. PRECEDENTES. AUTORIA E  
MATERIALIDADE. ELEMENTOS DE PROVAS QUE PERMITEM CONCLUIR PELA PRÁTICA DA  
NARCOTRAFICÂNCIA NA MODALIDADE “GUARDAR” E “TER EM DEPÓSITO”. DEPOIMENTOS  
DE POLICIAIS. DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO. IMPOSSIBILIDADE. ASSOCIAÇÃO  
CRIMINOSA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPROCEDENTE. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ART.  
33, § 4º DA LEI N. 11.343/2006. NÃO APLICÁVEL. DETRAÇÃO. COMPETÊNCIA  
CONCORRENTE. RECURSO DESPROVIDO. 1. A cadeia de custódia compreende o  
conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a  
história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de  
crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento  
até o descarte (art. 158-A do CPP). 2. Não evidenciada a existência de  
adulteração da prova, não há falar em nulidade por quebra da cadeia de  
custódia. 3. Não há que se falar em absolvição por ausência de provas e  
nem em desclassificação para o delito de uso pessoal de drogas (art. 28 da  
Lei n. 11.343/2006) quando as provas colhidas nos autos permitem concluir,  
estreme de dúvidas, pela prática da narcotraficância. 4. Os depoimentos  
dos policiais são considerados absolutamente legítimos quando claros e  
coerentes com os fatos narrados na denúncia, bem assim em harmonia com o  
acervo probatório apurado, tendo relevante força probante, servindo para  
arrimar a condenação, como na presente hipótese. 5. O arcabouço probatório  
produzido no feito foi capaz de delinear de forma idônea os requisitos  
autorizadores à demonstração da efetiva ocorrência do delito de associação  
para o tráfico. 6. Para ao reconhecimento do tráfico privilegiado, o  
condenado deve preencher cumulativamente os requisitos legais, quais  
sejam, ser primário, de bons antecedentes, não se dedicar a atividades  
criminosas nem integrar organização criminosa, e os apelantes não se  
enquadram a todos os critérios, de modo que acertada a não aplicação do  
instituto. 7. Quando a detração não é avaliada no bojo da sentença  
condenatória, ela pode ser posteriormente realizada pelo d. Juízo da  
Execução, nos termos do art. 66, inc. III, alínea c, da L. E. P. 8. Apelo  
desprovido. ACÓRDÃO ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara  
Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade de  
votos e em parcial acordo com o parecer ministerial, em conhecer em parte  
do recurso e na parte conhecida NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto do  
Desembargador Relator. Votaram neste julgamento os Senhores  
Desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Antonio Fernando Bayma  
Araujo e Raimundo Nonato Neris Ferreira – Relator. Presidência do  
Excelentíssimo Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. Funcionou  
pela Procuradoria Geral de Justiça a Procuradora Domingas de Jesus Froz  
Gomes. Sessão Virtual da Primeira Câmara de Direito Criminal do Tribunal  
de Justiça do Estado do Maranhão, com início em 03/12/2024 e término em  
10/12/2024. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO NERIS FERREIRA Relator (ApCrim  
0801527-71.2023.8.10.0105, Rel. Desembargador (a) RAIMUNDO NONATO NERIS  
FERREIRA, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 17/12/2024)